

PODER

Giro pelo país de olho em 2026

A começar pelo Rio, onde estará hoje, Lula planeja série de viagens pelo Brasil para entregar obras e intensificar relação com estados

» INGRID SOARES

Após a crise instalada por ataques extremistas em Brasília e compromissos no exterior à frente do terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prepara uma agenda positiva de viagens pelo Brasil para inauguração de obras a partir de hoje, quando desembarca no Rio de Janeiro. Segundo especialistas, a estratégia do governo é medir a imagem de Lula perante o eleitorado, além de pavimentar a estrada para sua reeleição, em 2026.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou que a visita à capital fluminense objetiva a inauguração de uma unidade de saúde onde anunciará a retomada do planejamento e dos investimentos na área. O chefe do Executivo estará acompanhado da ministra da Saúde, Nísia Trindade. A pasta prevê um investimento de R\$ 600 milhões para a execução do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, que será instituído por meio de uma portaria. O plano foi apresentado no último dia 27 aos governadores em reunião no Palácio do Planalto.

Em outra frente, o governo federal segue mapeando as obras, ações e programas que todos os 37 ministérios da Esplanada podem entregar nos primeiros 100 dias de governo. Rui Costa começou uma série de visitas a todas as pastas para receber dos ministros as prioridades de cada órgão. Costa explicou que a Casa Civil fará o monitoramento das ações em curso nos ministérios. Lula, segundo ele, quer "um ritmo acelerado de entregas e de ações de governo".

Na chegada ao Rio, prevista para as 10h, o presidente participará da cerimônia de posse do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. Às 15h, participará da cerimônia de inauguração de unidades do complexo Super Centro Carioca de Saúde, com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes,

DANTE FERNANDEZ / AFP



Para especialistas, presidente Lula pretende se reaproximar da população enquanto confere aprovação junto ao futuro eleitorado

e do anúncio do lançamento da política de redução das filas de cirurgias eletivas, com a ministra Nísia, retornando no fim da tarde à capital federal.

No próximo dia 14, a expectativa é de que Lula viaje para Santo Amaro, na Bahia, para o relançamento do Minha Casa Minha Vida. No dia 15, vai a Sergipe para a retomada de obras de estradas. Após o Carnaval, o petista visitará outros estados anunciando investimentos como a volta do programa Água para Todos, que reúne medidas preventivas e corretivas contra a seca, sobretudo nas zonas rurais, devendo iniciar o itinerário pela Paraíba.

"Essas são as primeiras de uma série de viagens que Lula fará para retomar ações, entregar obras e lançar novos programas de governo. Temos pressa para reconstruir o Brasil", reiterou o ministro

por meio das redes sociais. Antes das viagens ao Nordeste, o petista visitará os Estados Unidos nesta sexta-feira, onde se encontrará com o presidente norte-americano, Joe Biden, para uma série de agendas bilaterais.

Articulação

Para Paulo Baía, cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as viagens de Lula têm a intenção de "dar musculatura" ao começo de seu mandato. "A reunião dos governadores feita no fim do mês passado mostra isso. Nessas viagens, ele terá a articulação de prefeitos também. Nessa pauta das viagens internas, há a questão do apoio ao governo, das iniciativas da gestão, de retomada das obras interrompidas, como também é uma linha de apoio político a favor da democracia

que é o reflexo de reuniões com os entes. A pauta de viagens, tanto internas como nacionais e que vão se intensificar, diz respeito a essa ideia de fortalecer, dar musculatura ao governo nos 100 primeiros dias", aponta.

Em publicação recente, o presidente reforçou querer "conhecer os reais problemas". "Eu tenho quatro anos para provar que o Brasil pode voltar a ser um país que respeita o seu povo. Vou voltar a viajar o país para conhecer os reais problemas e levaremos nossos ministros, porque um país como o Brasil não pode ver o povo passando fome", destacou.

A advogada constitucionalista Vera Chemin, mestre em direito público administrativo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), reforça a teoria de que Lula pretende "medir a temperatura" de sua imagem diante do brasileiro pelo país. "As eleições apresentaram

Ideia cogitada

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse em uma entrevista à **RedeTV!** na última quinta-feira que pode concorrer à reeleição em 2026 se houver "uma situação delicada" no país e se ele estiver com a "saúde perfeita". Apesar de tocar no assunto, o chefe do Executivo disse querer "aproveitar a vida" e que, no momento, não quer ser candidato. "Veja, se eu puder afirmar para você agora, eu falo: 'Não sou candidato em 2026'", garantiu.

um resultado de 50% para cada candidato — ex-presidente Jair Bolsonaro e Lula — e é possível afirmar que o pano de fundo que está por detrás dessa viagem é a necessidade de reaproximação

com a população das diversas regiões do país. E, ao mesmo tempo, captar o antigo apoio político por meio de um efeito-demonstração que pode ser traduzido em promessas voltadas à satisfação das necessidades sociais e econômicas peculiares a cada local a ser visitado."

"Trata-se, portanto, de uma forma de aferir a sua credibilidade junto ao eleitorado brasileiro por meio de sua maior ou menor receptividade e, assim, recuperar a sua confiança calculando, estrategicamente, como deverá proceder no curto e médio prazo para manter a sua popularidade e preparar o terreno — desde já — para as **eleições de 2026**", completa.

Mudança de planos

As visitas estavam previstas para ocorrer antes da ida de Lula à Argentina, ocorrida no dia 22, quando o petista se encontrou com Alberto Fernández e participou da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). No entanto, a agenda precisou ser prorrogada, e a escolha da cidade visitada também sofreu alteração. No mês passado, Costa declinou de uma entrega previamente organizada para o dia 20 do Minha Casa, Minha Vida, na Bahia, que simbolizaria a retomada do programa. O ministro constatou atraso em várias obras. Na gestão de Bolsonaro, a iniciativa era chamada de Casa Verde Amarela.

Há ainda a previsão de que Lula visite o Pará, no Norte, para entregar obras de saneamento básico. Costa argumentou que haverá, além de entregas de obras, o anúncio de intervenções com recursos federais em estados, bem como a continuidade de construções paradas e abandonadas.

Até então, desde o começo do mês, Lula viajou para Araraquara (SP) a fim de analisar os danos causados pelas fortes chuvas na região e para Boa Vista, Roraima, onde definiu ações emergenciais aos povos ianomâmis, que enfrentam graves crises de saúde, como desnutrição severa. (Leia mais sobre a crise no Território Yanomami na página 5)

Foco em pautas sociais e políticas públicas contra retrocesso

» TAISA MEDEIROS

prioridade à questão climática.

Combate à fome

A área social é, desde a campanha, anunciada como uma das prioridades do governo Lula. O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, prometeu iniciar a revisão do Cadastro Único de Programas Sociais imediatamente, para combater fraudes e buscar zerar a fila de espera dos benefícios sociais. "O MDS vai cuidar daqueles que mais precisam, a começar pelo direito sagrado de tomar café, almoçar e jantar todos os dias. Isso foi lembrado pelo presidente Lula, de uma promessa cumprida a partir do seu mandato em 2003. Neste mandato, a nossa missão é tirar o Brasil do mapa da fome pela segunda vez", afirmou o ministro.

No âmbito social, destacam-se a continuidade e fortalecimento do Bolsa Família e o debate sobre direitos humanos. Na sequência, em diversos ministérios, vê-se a tentativa de "limpar" retrocessos e marcas do governo de Jair Bolsonaro (PL). Na pauta ambiental, uma das áreas que sofreram desmonte mais acentuado, a ministra Marina Silva promete dar

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder do governo no Congresso Nacional, avisou que o trabalho do novo governo vai muito além de ajudar o povo a ter dinheiro para colocar comida na mesa. "Para vencer as condições de pobreza, é necessário dar atenção a regiões que foram completamente ignoradas nos últimos quatro anos pela ausência de uma política de desenvolvimento regional. Habitação, saneamento básico, mobilidade e segurança hídrica, por exemplo, precisam de investimentos urgentes para que a população tenha condições de crescer, evoluir e viver numa estrutura adequada que proporcione qualidade de vida. É fundamental garantir que todos vivam com dignidade, independentemente da classe social. Esse é um trabalho de reconstrução daquilo que foi destruído", opinou.

Minorias

O acolhimento às minorias e representantes desses grupos na sociedade também foi pauta defendida ao longo da campanha. A questão indígena, por exemplo, promete ter destaque no governo, liderada pela ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e Joênia Wapichana, presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Paulo Calmon, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), destaca a necessidade do resgate da capacidade do Estado brasileiro para gerir políticas públicas. "Ao longo dos últimos anos, a administração pública se tornou terra arrasada, em função de um processo de desmonte extremamente agressivo e sistemático. O Brasil não poderá reduzir a desigualdade ou promover o crescimento, se a administração pública não for devidamente

capacitada e empoderada para produzir as muitas transformações que o país precisa", aponta.

O especialista também criticou o modelo de gestão de Bolsonaro. "O governo federal desperdiçou seus esforços no combate aos inimigos imaginários em vez de construir alianças estratégicas e essenciais para a resolução dos problemas nacionais."

Mulheres

Debora Diniz, professora da UnB, alerta que as políticas voltadas para as mulheres também necessitam de um olhar especial. "A fome, a segurança pública e a Amazônia são temas urgentes, mas todos têm impacto nas mulheres. Se pensarmos na questão da fome, são as mulheres na casa que são cuidadoras, trabalhadoras do cuidado e mais precarizadas. Se pensarmos no meio ambiente,

há impacto na vida produtiva e em seu próprio território. Não são questões dissociadas. As grandes questões do país precisam ser olhadas a partir do marco de como impactam as mulheres, as mulheres negras e pobres em particular."

Educação

Para o cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, outro ponto que merece cuidado especial é o ensino. Ele reforça que, da mesma forma que, durante a pandemia da covid-19, a saúde foi duramente atingida, a educação também foi enfraquecida. "Essa área, desde as séries iniciais até a universidade, merece uma atenção do governo. São problemas no Brasil que são estruturais, mas são também problemas conjunturais por conta da pandemia." (Com Ingrid Soares)

MANIFESTO

Governadores querem "voto de qualidade" do Carf

» ÂNDREA MALCHER

O Fórum Nacional de Governadores divulgou nota, ontem, demonstrando apoio à Medida Provisória (MP) 1.160/2023, que dispõe, entre outros temas, sobre a "proclamação do resultado do julgamento na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)". A determinação atende aos

interesses das Secretarias da Fazenda estaduais.

"A reconstituição do voto de qualidade no Carf ratifica o princípio constitucional da supremacia do interesse público sobre o particular. A iniciativa tem papel ainda mais relevante no presente momento, quando o PLP 17/2022, que foi aprovado na Câmara, de forma preocupante, tenciona expandir essa anomalia do processo administrativo tributário

aos demais entes da Federação, pelo fim do voto de qualidade, além de inúmeras outras ameaças à atuação fiscalizatória ou que incentivam práticas irregulares."

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 17/2022 encontra-se agora no Senado e estabelece um código de defesa dos contribuintes, com regras gerais sobre os direitos e garantias destes, além de deveres da Fazenda Pública (da União, estados, Distrito Federal e municípios). O documento cita a Lista de Alto Risco (LAR) para a Administração Pública, formulada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2022, que

Renato Alves / Agência Brasília



Determinação atende a interesses das Secretarias da Fazenda estaduais